

A O U T R A
C R I S E

James D. Wolfensohn

Presidente

Grupo do Banco Mundial

Discurso perante

a Junta de Governadores

Washington, D.C.

6 de outubro de 1998

E

sta é a quarta vez que eu me dirijo aos senhores como Presidente do Grupo do Banco Mundial. Inicialmente, gostaria de expressar meu agradecimento ao Presidente dos nossos trabalhos, Wolfgang Ruttensstorfer, e ao meu colega e amigo Michel Camdessus, pela parceria de que desfrutamos durante o ano que passou.

Gostaria também de prestar tributo ao trabalho que o Fundo realizou num ano caracterizado por grandes transtornos e reconhecer a contribuição de Michel e seus colegas ao enfrentar problemas muito árduos num momento muito difícil.

Todos reconhecemos que estamos reunidos sob a sombra de uma crise global. Viemos todos aqui num esforço unido para proteger nosso bem-estar comum, ouvir idéias de todas as direções, juntar-nos a amigos tanto como a críticos na busca de novas soluções. Precisamos ser audaciosos.

Senhor Presidente, dirijo-lhe hoje a palavra em circunstâncias muito diferentes das do ano passado.

Há um ano, anunciávamos que a produção global havia crescido 5,6% – a taxa mais alta em vinte anos. Há um ano, o leste da Ásia estava tropeçando, mas ninguém estava prevendo o tamanho do tombo. Há um ano, o sul da Ásia, onde vivem 35% da população pobre do mundo, ainda não conhecia os testes nucleares e parecia estar no caminho de um crescimento futuro de 6% ao ano, talvez mais. Há um ano, os países em desenvolvimento estavam a caminho de um crescimento vigoroso na próxima década. Há um ano, a Rússia e sua forte equipe de reformadores eram encaradas com otimismo.

E então veio um ano de turbulência e sofrimento.

O leste da Ásia, onde as estimativas estão indicando que mais de 20 milhões de pessoas voltaram à pobreza no ano passado, e onde, na melhor das hipóteses, o crescimento provavelmente será fraco e hesitante por vários anos. A Rússia, assolada por uma crise econômica e política – presa entre dois mundos e dois sistemas, sem estar cômoda com nenhum deles. O Japão, hoje a segunda economia no mundo, tão crucial para a recuperação do leste da Ásia, com um governo empenhado na reforma econômica, e, contudo, ainda em recessão, com profundo impacto não só na Ásia mas em todo o mundo. Testes nucleares na Índia e no Paquistão. Ameaças de guerra na Eritreia e na Etiópia. Bombas terroristas no Quênia e na Tanzânia.

E tudo isso agravado pelo impacto de El Niño – o pior da história – que descarregou sua força mais devastadora sobre os pobres: em Bangladesh, inundações que mantiveram submersos dois terços do país por mais de dois meses, anulando muitos dos recentes ganhos sociais e econômicos; na China, um total estimado de 3.500 mortes, 5 milhões de moradias destruídas e 200 milhões de vidas transtornadas pelas enchentes na região do rio Yangtze.

Senhor Presidente, no passado, apresentei imagens de esperança; falei dos habitantes das favelas do Brasil, das povoações rurais de Uganda ou do planalto da China e das centenas de milhares de mulheres que estão encontrando a sua dignidade graças ao microcrédito. Pessoas que adquiriram os meios para controlar o seu próprio destino.

Hoje tenho outras lembranças. Sombrias e causticantes imagens de desespero, desesperança e declínio. Imagens de pessoas que perderam a esperança.

A mãe que tira o filho da escola em Mindanao, atormentada pelo medo de que ele não poderá voltar. A família na Coréia, com uma empresa sucateira de médio porte, que ficou na penúria por falta de crédito. O pai que paga ao agiota em Jacarta três vezes mais em juros do que ele pode ganhar num dia, endividando-se cada vez mais, sem ver saída para a sua situação. Os meninos que já perderam a infância, condenados a perambular pelas ruas de Bangkok.

Hoje, enquanto falamos de crise financeira, 17 milhões de indonésios voltaram à situação de pobreza; e em toda a região, somam agora um milhão as crianças que não voltarão à escola.

Hoje, enquanto falamos de crise financeira, uma proporção estimada em 40% da população russa vive na pobreza.

Hoje, enquanto falamos de crise financeira, 1,3 bilhão de pessoas em todo o mundo vivem com menos de um dólar por dia; 3 bilhões vivem com menos de dois dólares por dia; 1,3 bilhão não têm acesso a água potável; 3 bilhões não têm acesso ao saneamento; 2 bilhões não têm acesso à energia.

Falamos de crise financeira enquanto em Jacarta, em Moscou, na África Subsaariana, nos cortiços da Índia e nas favelas da América Latina, a dor humana da pobreza nos rodeia.

A CRISE FINANCEIRA

Senhor Presidente, precisamos aliviar esse sofrimento. Precisamos ir além da estabilização financeira. Precisamos atacar os problemas do crescimento equitativo a longo prazo de que dependem a prosperidade e o progresso humano. Precisamos concentrar-nos nas mudanças institucionais e estruturais necessárias para a recuperação e o desenvolvimento sustentável. Precisamos concentrar-nos nas questões sociais.

Precisamos fazer tudo isso. Porque, se não tivermos capacidade de fazer face às emergências sociais, se não tivermos planos de longo prazo para instituições sólidas, se não tivermos maior equidade e justiça social, não haverá estabilidade política, e sem estabilidade política nenhum pacote financeiro, por maior que seja, nos dará estabilidade financeira.

Assim, em resposta à crise, o Banco está se concentrando na implantação das medidas de curto e longo prazo necessárias para a recuperação sustentada.

Estamos colaborando com os governos na reforma financeira, judiciária e normativa, na legislação falimentar, em programas de combate à corrupção, na boa gestão empresarial – tão necessários para restabelecer a confiança do setor privado. Antes de sermos atingidos pela crise, já havíamos trabalhado em reformas do setor financeiro em 68 países. A pedido de nossos acionistas, aumentamos essa capacidade em um terço e estamos reforçando a nossa liderança em gestão empresarial.

No campo social, reestruturamos as nossas carteiras para assegurar que o foco se concentre nos programas prioritários que podem atingir rapidamente as comunidades pobres. Trabalhando para manter as crianças na escola – por exemplo, na Indonésia, onde apoiamos um programa para fornecer bolsas

de estudos a 2,5 milhões de crianças. Criando empregos na Tailândia, mediante um novo fundo social. Implantando estruturas de proteção social na Coreia, mediante uma série de empréstimos de ajuste estrutural. Procurando por toda a região manter o abastecimento de alimentos, procurando assegurar que os doentes recebam medicamentos vitais. Procurando assegurar a continuidade dos programas de saúde e educação, bem como a proteção do meio ambiente. Procurando dar prioridade à pessoa humana.

Aprendemos, Senhor Presidente, que, embora em todos os aspectos seja essencial o estabelecimento de planos macroeconômicos apropriados com efetivas políticas fiscais e monetárias, os planos financeiros por si sós não bastam.

Aprendemos que, quando exortamos os governos a tomar as dolorosas medidas necessárias para ordenar as suas economias, podemos criar tensões enormes. É o povo que sofre, e não o governo.

Quando corrigimos déficits orçamentários, devemos reconhecer que podemos perder os programas destinados a manter as crianças na escola; que podemos perder os programas destinados a assegurar atenção de saúde para os mais pobres; que as pequenas e médias empresas, que proporcionam renda aos seus proprietários e emprego para muitos, podem ficar à míngua de crédito e falir.

Aprendemos, Senhor Presidente, que há necessidade de equilíbrio. Precisamos considerar ao mesmo tempo o financeiro, o institucional e o social. Precisamos aprender a realizar um debate em que a matemática não domine o lado humano; em que a necessidade de drástica mudança seja compensada com

a proteção dos interesses dos pobres. Somente então chegaremos a soluções sustentáveis. Somente então teremos do nosso lado a comunidade financeira internacional e a cidadania local.

Senhor Presidente, tem-se falado muito, antes e durante esta reunião, de uma nova arquitetura financeira mundial. Isso reflete o crescente sentimento de que algo está errado num sistema em que mesmo países que seguiram políticas econômicas fortes durante certo número de anos estão sofrendo embates nos mercados financeiros internacionais; em que os trabalhadores daqueles países estão sujeitos a perder seus empregos; em que a educação de seus filhos será interrompida, destruídas as suas esperanças e os seus sonhos.

Acredito que, no mais de meio século transcorrido desde a criação da nova arquitetura econômica, após a Segunda Guerra Mundial, as instituições econômicas internacionais nos prestaram bons serviços. Elas não resolveram todos os nossos problemas. Mas estamos numa situação muito melhor do que teríamos estado sem elas.

Embora a pobreza não tenha sido erradicada, a renda cresceu. A Revolução Verde levou alimentos a milhões que, sem ela, poderiam ter passado fome. Alguns flagelos, como a oncocercíase, foram quase erradicados, e progredimos no combate a muitos outros.

Passamos por mais de meio século sem uma grande crise global. O sistema suportou grandes choques, como o enorme aumento dos preços do petróleo. E naquele meio século, as instituições evoluíram com a economia mundial.

Mas não podemos, Senhor Presidente, pretender que tudo esteja bem. Não podemos fechar os olhos ao fato de que a crise

revelou debilidades e vulnerabilidades que precisamos equacionar. Precisamos agir com ousadia mas também precisamos ser realistas. Não é em dois dias que iremos formar uma nova arquitetura, ou mesmo em duas semanas. Mas não podemos tampouco dar-nos o luxo de uma década perdida como a que afligiu a América Latina na esteira da crise do início dos anos 80. Muitas coisas estão em jogo, muitas vidas humanas ...

Eis aqui o que podemos fazer agora: podemos identificar o que precisa ser feito. Podemos reconhecer os problemas. Podemos dar clareza aos nossos objetivos. Podemos trabalhar na busca de um consenso. Os problemas são demasiado grandes, as suas conseqüências demasiado importantes, para nos deixarmos guiar pelas respostas engenhosas do passado ou pelas modas e ideologias do momento. Precisamos assumir o compromisso coletivo de juntar forças para construir algo melhor. Permitam-me sugerir um enfoque baseado em três pilares:

O primeiro pilar há de ser a prevenção: precisamos compreender as causas da crise e trabalhar para criar estruturas econômicas que as tornem menos freqüentes e menos severas.

O segundo pilar há de ser a resposta: por maior êxito que logremos na primeira tarefa, haverá crises. Precisamos imaginar meios mais efetivos de responder a elas, meios de produzir uma distribuição melhor dos encargos, meios que não resultem em tanto sofrimento para os trabalhadores, para as pequenas empresas e para outras vítimas inocentes.

O terceiro pilar há de ser o das redes de segurança: por maior êxito que logremos na formulação de respostas justas e eficientes – e é evidente que temos um longo caminho pela frente –, haverá vítimas inocentes. As taxas de desemprego subirão. Precisamos fazer muito mais para assegurar a proteção dessas vítimas inocentes.

Senhor Presidente, a pedido dos ministros das finanças, procuramos aumentar a colaboração entre o Banco e o Fundo. Os ministros nos pediram que reexaminássemos a nossa divisão de trabalho, e assim fizemos.

As nossas funções são claramente diferentes. O mandato do Fundo abrange a vigilância, questões pertinentes à taxa cambial, balanço de pagamentos, políticas de estabilização orientada para o crescimento e os instrumentos com elas relacionados. O Banco tem um mandato referente à composição e à adequação dos programas e prioridades de desenvolvimento, inclusive as políticas estruturais e setoriais. Assim, ao preparar o caminho para um desenvolvimento duradouro, ele é responsável pela prevenção de crises.

Neste momento de crise, em que fundos do setor privado estão abandonando os mercados emergentes, os recursos do FMI estão sobrecarregados e há pouca assistência direta dos países mais ricos, reconhecemos a obrigação de agir como emprestadores contra-cíclicos, empenhados em prestar ajuda rápida onde esta seja necessária. Não somente aos países em crise, mas também aos nossos muitos clientes que têm excelente comportamento, mas se viram colhidos na atual carência de recursos nos mercados mundiais. Precisamos ajudá-los para que eles não se tornem países em crise.

Precisamos agir com rapidez nos países em crise, assegurar que as reformas social, institucional e normativa possam firmar raízes imediatamente e se convertam em partes integrantes do programa global – para que as respostas à crise fortaleçam a recuperação a longo prazo.

Devemos agir com rapidez para prestar assistência social de emergência. Mas a nossa função é diferente da função do Fundo. Podemos ser emprestadores em situações de emergência, mas não para atender a problemas de liquidez. Dada a nossa estrutura financeira e a necessidade de não ultrapassar os nossos limites prudentes de financiamento, há soluções de compromisso que não podemos ignorar.

Se quisermos fazer mais empréstimos a curto prazo, haverá menos para emprestar para a nossa missão de desenvolvimento a longo prazo. Menos para a IDA, menos para os países pobres altamente endividados e menos para os pobres nos países em crise. Novas demandas nos forçarão a uma avaliação muito cuidadosa das possíveis necessidades de novos recursos. Hoje, apoiados pelo nosso capital e pelos recursos disponíveis, bem como por substancial volume de capital exigível, estamos numa posição muito sólida, mas deveremos ter cuidado para que nossa capacidade de ação não seja tolhida por restrições financeiras.

E devemos recordar também que não podemos desviar a nossa atenção da urgente necessidade de assegurar que contemos com todos os recursos necessários para atender aos países mais pobres através da IDA-12 e da iniciativa para os países pobres endividados. Esta deve ser a prioridade nas próximas semanas e nos próximos meses.

A NOVA ABORDAGEM

Senhor Presidente, quando encaramos a velocidade e a profundidade da mudança global nos últimos doze meses, preocupam-nos, como a todos os senhores nesta sala, as lições que essas experiências nos deveriam ensinar. Nós, como todos os senhores, estamos perguntando o que poderemos fazer no futuro para evitar essas mudanças no cenário econômico e sociopolítico. Que pudemos observar?

Observamos que, na economia global de hoje, os países podem investir em educação e saúde, podem implantar os fundamentos macroeconômicos, podem construir redes de comunicações e infra-estruturas modernas; podem fazer tudo isso, mas, se não tiverem um sistema financeiro eficiente, se não tiverem uma fiscalização ou legislação falimentar adequada, se não tiverem transparência e normas de contabilidade, o seu desenvolvimento estará ameaçado e não perdurará.

Observamos que, na economia global de hoje, os países podem partir para a economia de mercado, podem privatizar, podem eliminar os monopólios estatais, podem reduzir os subsídios públicos, mas, se não combaterem a corrupção e adotarem uma boa gestão pública, se não introduzirem redes de segurança social, se não formarem o consenso social e político para a reforma, se deixarem o povo de lado, o seu desenvolvimento estará ameaçado e não perdurará.

Observamos que, na economia global de hoje, os países podem atrair capital privado, podem construir um sistema bancário e financeiro, podem gerar crescimento, podem investir no seu povo – numa parte do seu povo –, mas, se marginalizarem os pobres, se marginalizarem as mulheres e as minorias indígenas, se não tiverem uma política de inclusão, o seu desenvolvimento estará ameaçado e não perdurará.

Observamos, Senhor Presidente, que, numa economia global, o que importa é a *totalidade* das reformas introduzidas num país.

O desenvolvimento não consiste apenas em ajuste. O desenvolvimento não consiste apenas em sólidos orçamentos e gestão fiscal. O desenvolvimento não consiste apenas em educação e saúde. O desenvolvimento não consiste apenas em soluções tecnocráticas.

O desenvolvimento consiste em aplicar bons princípios macroeconômicos, é verdade; mas também consiste em construir estradas, conferir poderes ao povo, elaborar as leis, reconhecer a mulher, eliminar a corrupção, educar as meninas, construir sistemas bancários, proteger o meio ambiente, vacinar as crianças.

O desenvolvimento consiste em implantar *todos* esses componentes – juntos e em harmonia.

A necessidade de um desenvolvimento equilibrado aplica-se ao leste asiático e à Rússia. Aplica-se à África. Aplica-se à América Latina, ao Oriente Médio, às economias em transição da Europa central e oriental e da Eurásia. Aplica-se, Senhor Presidente, a todos nós.

A idéia de que o desenvolvimento envolve uma totalidade de esforços – um programa econômico e social equilibrado – não é revolucionária, mas não é essa a abordagem que a comunidade internacional vem adotando.

Embora tenhamos tido um êxito extraordinário no curso de muitos anos com programas e projetos individuais, muitas e muitas vezes deixamos de relacioná-los com o todo. Muitas e

muitas vezes, sustentamos uma concepção demasiado acanhada das transformações econômicas necessárias – ao mesmo tempo em que nos concentramos nas cifras macroeconômicas ou em grandes reformas, como a privatização, ignoramos a infra-estrutura social básica, sem a qual é simplesmente impossível o funcionamento de uma economia de mercado. Em lugar de incentivos à criação de riqueza, pode haver incentivos mal orientados para a alienação de ativos imobilizados.

Muitas e muitas vezes, deixamo-nos levar por uma análise estritamente econômica, sem suficiente compreensão dos fatores sociais, políticos, ambientais e culturais da sociedade.

Não levamos em suficiente consideração a estrutura geral de que um país necessita para permitir o seu desenvolvimento de maneira integrada, transformando-se no tipo de economia escolhido por seus habitantes e por seus líderes. Não levamos em suficiente consideração as vulnerabilidades – as partes de uma economia que podem fazer ruir todo o edifício. E não levamos em conta a sustentabilidade – o que é preciso fazer para que a transformação social e econômica seja durável. Sem isso, podemos construir uma nova arquitetura financeira internacional, mas será um castelo de cartas.

Senhor Presidente, gostaria de sugerir uma idéia que pode atender a algumas dessas preocupações.

O FMI tem um arcabouço geral que ele examina anualmente com os seus países clientes – um arcabouço que os ministros das finanças, que todos nós usamos para avaliar o desempenho econômico e financeiro de cada país.

Hoje, na esteira da crise, precisamos de um *segundo* arcabouço, um arcabouço que leve em conta o progresso das reformas

estruturais necessárias para o crescimento a longo prazo e que também inclua a contabilidade humana e social; que leve em conta o meio ambiente; que aborde os direitos da mulher, o desenvolvimento rural, as populações indígenas, o desenvolvimento da infra-estrutura, e assim por diante...

E assim, em nossos debates dentro do Banco, formulamos e estamos experimentando uma nova abordagem. Uma abordagem que não é por nós imposta aos nossos clientes, mas é por eles desenvolvida com a nossa ajuda. Uma abordagem que nos levaria “além dos projetos”, fazendo-nos pensar muito mais rigorosamente no que é necessário para um desenvolvimento sustentável em seu sentido mais amplo.

Senhor Presidente, precisamos de um novo esquema para o desenvolvimento.

Que poderiam encontrar os países nesse esquema?

Primeiro, o esquema incluiria os elementos essenciais de uma boa gestão pública: transparência, participação, fluxo livre de informações, compromisso com o combate à corrupção e um funcionalismo público bem capacitado e adequadamente remunerado.

Segundo, especificaria o quadro normativo e institucional essencial para uma economia de mercado viável – um sistema jurídico e tributário que proteja contra os caprichos, garanta os direitos de propriedade e assegure o cumprimento dos contratos, a existência de uma concorrência efetiva e de processos ordeiros e eficientes para resolução de litígios judiciais e falências, de um sistema financeiro que seja moderno, transparente e adequadamente fiscalizado, com uma supervisão livre de favores e com normas de contabilidade e auditoria para o setor privado reconhecidas internacionalmente.

Terceiro, o esquema implicaria políticas que promovam a inclusão – educação para todos, especialmente mulheres e meninas, serviços de saúde, proteção social aos desempregados, aos idosos e aos portadores de deficiências, desenvolvimento inicial da infância e clínicas materno-infantis que ministrem atenção de saúde e formação.

Quarto, o esquema despreveria os serviços públicos e a infraestrutura necessária para comunicações e transportes. Estradas rurais e troncais. Políticas para cidades habitáveis e crescentes áreas urbanas, para que os problemas possam ser resolvidos com urgência – e não daqui a 25 anos, quando se tornarem avassaladores. E juntamente com uma estratégia urbana, um programa de desenvolvimento rural que proporcione não só serviços agrícolas, mas também capacidade de comercialização e financiamento, bem como de transferência de conhecimento e experiência.

Quinto, o esquema fixaria objetivos para assegurar a sustentabilidade ambiental e humana, tão essencial para o êxito a longo prazo do desenvolvimento e para o futuro do nosso planeta – água, energia, segurança alimentar – aspectos que precisam ser também abordados no âmbito global. E precisamos garantir que a cultura de cada país seja fortalecida e enriquecida, para que o desenvolvimento tenha bases firmes, com alicerces históricos. Tudo isso apoiado, evidentemente, por um plano macroeconômico favorável e estável, com relações comerciais abertas.

Essa lista não é exaustiva, e variará, naturalmente, de um país para outro, dependendo dos pontos de vista dos governos, das assembleias parlamentares e da sociedade civil. Mas me permito supor que abrange os aspectos essenciais.

Senhor Presidente, precisamos tirar lições do passado. A forma pela qual tais estruturas são formuladas e aplicadas tem tanta importância como o seu conteúdo.

É importante a adesão das partes. Os países e seus governos devem estar no comando e, como demonstra a experiência, o povo deve ser consultado e deve participar.

É importante a participação – não só como meio de melhorar a eficácia do desenvolvimento, como sabemos por estudos recentes, mas como a chave da sustentabilidade e da alavancagem a longo prazo.

Nunca devemos nos esquecer de que o governo e o povo é que devem determinar as suas prioridades. Nunca devemos nos esquecer de que não podemos nem devemos impor o desenvolvimento por um comando vindo de cima – ou do exterior.

Senhor Presidente, nos nossos debates no Banco formulamos uma série simples de perguntas.

Que aconteceria se os governos se juntassem à sociedade civil e ao setor privado para determinar as prioridades nacionais a longo prazo? Que aconteceria se os doadores coordenassem o seu apoio, deixando aos países o comando das operações, com adesão e participação da população local? Que aconteceria se essas estratégias procurassem olhar 5, 10 ou 20 anos à frente, para que o desenvolvimento pudesse realmente firmar raízes e crescer e pudesse ser acompanhado continuamente? Ambicioso demais, dirão alguns. Utópico demais. Mas que diriam os senhores se eu lhes dissesse que isso já está acontecendo?

Em El Salvador, existe atualmente uma comissão nacional de paz, nascida da guerra civil, que, junto com a sociedade civil, o setor

privado e o governo, está elaborando uma lista de prioridades nacionais. Para que essas prioridades possam estender-se além do mandato de um governo e fazer parte de um consenso nacional para o futuro. A mesma coisa está acontecendo na Guatemala, e está sendo considerada em outros países da América Latina.

No ano passado, o governo de Gana realizou um Fórum Econômico Nacional em Acra, com a participação de autoridades, líderes cívicos e grande número de interessados. Esse fórum produziu propostas de ação concreta, alvos para redução da inflação e políticas setoriais sobre agricultura e desenvolvimento humano, com metas para a política macroeconômica.

Em Andhra Pradesh, um estado da Índia com 70 milhões de habitantes, o Ministro-Chefe tem um programa para 2020. Um programa de alfabetização, melhoria do acesso a serviços de saúde, subsistência, promoção da mulher, desenvolvimento de áreas atrasadas, criação de redes de segurança, um programa com metas claras que podem ser verificadas regularmente.

El Salvador, Guatemala, Gana, Índia – e eu poderia acrescentar outros países onde se observam alguns elementos desse enfoque, como o Brasil, Moçambique ... Estes não são países que voltaram ao planejamento central. São países que, juntamente com as respectivas partes interessadas, estão traçando itinerários para o futuro – para o seu futuro – assim como fazem as empresas bem-sucedidas.

Senhor Presidente, não devemos ter a arrogância de pensar que o Banco e a comunidade doadora podem ser os cartógrafos. Mas podemos ser importantes catalisadores.

O que estou propondo é que, nos próximos dois anos, introduzamos uma nova perspectiva em nosso trabalho com os gover-

nos interessados em elaborar planos integrados com uma visão estratégica mais clara. Gostaríamos de encontrar em cada região do mundo dois países com os quais possamos trabalhar para testar esta idéia. E prestaremos conta a todos os senhores, ao fim daquele período.

Devemos trabalhar com nossos parceiros da comunidade doadora para ver como poderemos, junto com os países participantes, elaborar estratégias coordenadas, missões conjuntas e objetivos comuns, para que possamos acabar com a duplicação que desperdiça recursos preciosos e preocupa nossos clientes.

Dentro da nossa instituição, devemos aprofundar o trabalho já iniciado e passar de uma abordagem baseada em projetos para um enfoque que considere a totalidade do esforço necessário para o desenvolvimento de um país, que tenha uma visão de longo prazo, que pergunte, com relação a cada projeto, como este se encaixa no quadro mais amplo; como pode ser ampliado para englobar todo o país; como pode ser prolongado no tempo, por cinco, dez, vinte anos, não só para que pertença inteiramente ao país e conte com a sua participação, mas para que se torne sustentável e se integre na estratégia e na fibra do desenvolvimento geral da sociedade.

Em alguns casos, passaremos além de estratégias nacionais para chegar às estratégias regionais a fim de colher melhor os benefícios das economias de escala. E devemos pensar também em estratégias globais para atingir fins públicos globais – não só a tão discutida necessidade de reduzir a contaminação do meio ambiente, mas também o clima econômico internacional, a instabilidade que hoje tanto nos preocupa e o conhecimento, que está sendo cada vez mais considerado como a chave do desenvolvimento bem-sucedido.

Senhor Presidente, estamos falando de um novo enfoque da parceria para o desenvolvimento.

Uma parceria liderada pelos governos dos países e influenciada pela sociedade civil desses países, à qual se juntam o setor privado nacional e internacional, bem como os doadores bilaterais e multilaterais. Uma parceria que fixe metas mensuráveis e conte com melhores orientações do caminho para o desenvolvimento. Sobretudo, uma parceria em que nós, os membros da comunidade doadora, devemos aprender a cooperar uns com os outros, devemos aprender a trabalhar com melhor espírito de equipe e deixar de lado as nossas idiossincrasias.

Asseguro-lhe, Senhor Presidente, que nós do Grupo do Banco estamos empenhados numa parceria nesse estilo. Deixemos para trás problemas de definição de territórios. O que importa não é quem está na liderança e quem segue, quem tem o seu nome num projeto e quem fica anônimo. O que importa é que nos juntemos para executar a tarefa.

Senhor Presidente, em anos normais eu apresentaria nesta altura do discurso um relatório sobre as realizações do Banco. Mas não estamos num ano normal. Os senhores terão a satisfação de saber que não vou mencionar nossa renovação interna, nem lhes vou falar do que fizemos e dos desafios que ainda temos pela frente. Trato regularmente desses assuntos com os Diretores Executivos, e tenho profunda gratidão pelo seu conselho, sua orientação e seu árduo trabalho. Sinto-me também muito encorajado pelo apoio dos ministros ao nosso programa de renovação e ao progresso registrado na busca de uma maior eficácia em termos de desenvolvimento; e vamos, naturalmente, dar prosseguimento a esse programa. Mas seria impróprio falar de tarefas caseiras quando a aldeia está em chamas.

Permitam-me dizer apenas duas coisas. Primeiro, quero aproveitar esta ocasião para agradecer ao pessoal do Grupo do Banco Mundial pelo trabalho extraordinário que realizou este ano. Tenho enorme orgulho desse pessoal. Não há no mundo, hoje em dia, equipe de colegas mais dedicada e motivada.

Em segundo lugar, quero agradecer a Jannik Lindbaek, Vice-Presidente Executivo da IFC, e a Akiro Iida, Vice-Presidente Executivo do MIGA, pelo seu trabalho nos últimos cinco anos. É também uma grande satisfação dar boas-vindas a Peter Woicke, que está prestes a assumir a direção da IFC, e a Motomichi Ikawa, que está agora à frente do MIGA.

CONCLUSÃO

Senhor Presidente, este ano as manchetes estão falando de crises financeiras. Este ano estamos nos perguntando como podemos prevenir as crises financeiras do futuro. Este ano estamos nos concentrando na arquitetura financeira, na reestruturação das empresas e na construção de redes de segurança fortes, como parte tanto da prevenção de crises quanto da sua resolução. Este ano estamos nos dando conta de que não temos todas as respostas.

Mas não fiquemos na análise financeira. Não fiquemos na arquitetura financeira. Não fiquemos nas reformas do setor financeiro.

Esta é a nossa oportunidade de iniciar um debate global sobre a arquitetura – sem dúvida – mas também sobre os alicerces do desenvolvimento. Esta é a nossa oportunidade de mostrar que somos capazes de assumir um ponto de vista mais amplo e equilibrado. Esta é a nossa oportunidade de reconhecer que há uma crise silenciosa despontando no horizonte.

Uma crise da população mundial, que aumentará em 3 bilhões de habitantes nos próximos vinte-e-cinco anos. Uma crise global da água em virtude da qual dois bilhões de pessoas estarão sofrendo escassez crônica de água em 2025. Uma crise de urbanização em virtude da qual a população urbana triplicará nos próximos trinta anos. Em virtude da qual, no ano 2020, dois terços da população da África estarão vivendo em cidades – cidades que hoje não têm crescimento econômico. Uma crise de segurança alimentar em virtude da qual a produção de alimentos terá de ser duplicada nos próximos trinta anos.

Uma crise humana, Senhor Presidente. Uma crise humana em relação à qual o mundo desenvolvido não conseguirá isolar-se.

Uma crise humana que só será resolvida se pudermos revolver a questão da interdependência essencial do mundo desenvolvido e do em desenvolvimento. Uma crise humana que só será resolvida se começarmos a dar a mesma atenção aos aspectos financeiros, sociais, políticos, institucionais, culturais e ambientais da sociedade.

Senhor Presidente, os pobres não podem esperar por nossas deliberações. Os pobres não podem esperar enquanto debatemos a nova arquitetura. Os pobres não podem esperar que nos demos conta – tarde demais – de que a crise humana afeta a todos nós.

Os meninos nas ruas de Bangkok precisam voltar à escola. A mãe no cortiço de Calcutá precisa sobreviver ao parto. O pai na aldeia de Mali precisa ter condições para ver o dia de amanhã.

À medida que os mercados se desmoronam e aumenta a pobreza, todos nós aqui reunidos compartilhamos a responsabilidade e o interesse comum em promover a prosperidade nos mercados em desenvolvimento e emergentes. À medida que os mercados se desmoronam e aumenta a pobreza, todos nós aqui presentes compartilhamos a responsabilidade de adotar políticas que possam ajudar esses países a sair da crise.

No fim, Senhor Presidente, lograremos êxito ou sofreremos juntos. Devemos aos nossos filhos o reconhecimento agora de que o seu mundo é um mundo ligado pelas comunicações e pelo comércio, ligado pelos mercados, ligado pelas finanças, ligado pelo meio ambiente e recursos compartilhados, ligado por aspirações comuns.

Se agirmos agora, com realismo e visão, se mostrarmos coragem, se pensarmos em termos globais e alocarmos os nossos recursos nessa base, poderemos legar aos nossos filhos um mundo mais pacífico e mais eqüitativo. Um mundo no qual a pobreza e o sofrimento estarão reduzidos. Um mundo no qual as crianças de toda parte terão um sentimento de esperança.

Isso não é apenas um sonho – é a nossa responsabilidade.